

Darliane Amaral
Elessandra Cruz
(Organizadoras)

PRÁTICAS DA SOCIOEDUCAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL

Atena
Editora
Ano 2021

Darliane Amaral
Elessandra Cruz
(Organizadoras)

PRÁTICAS DA SOCIOEDUCAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL

Atena
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-Não-Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília



Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Práticas da socioeducação no Distrito Federal

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Correção: Bruno Oliveira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadoras: Darliane Amaral
Elessandra Cruz

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P912 Práticas da socioeducação no Distrito Federal /
Organizadoras Darliane Amaral, Elessandra Cruz. –
Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-813-4

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.134211712>

1. Liberdade assistida - Distrito Federal. 2. Socioeducação.
3. Adolescente. I. Amaral, Darliane (Organizadora). II. Cruz,
Elessandra (Organizadora). III. Título.

CDD 364.36098174

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2021

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



PREFÁCIO

Hannah Arendt, no ensaio “A Crise da Educação”, examina a sociedade moderna e considera a educação como uma atividade das mais importantes e necessárias da sociedade, renovando-se sempre com o nascimento de novos seres humanos. Estabelece uma relação direta entre a autoridade e a responsabilidade, sendo a primeira uma inerência da segunda. Para ela, a educação possui função política. Considerando essa perspectiva, qual é a função da Socioeducação no contexto social brasileiro contemporâneo? Como o Estado brasileiro tem realizado o projeto da Socioeducação para os adolescentes considerados autores de comportamentos desviantes? Um questionamento recorrente, ao discutir-se o Sistema Socioeducativo, é a perpetuação do caráter punitivo em que ele se estrutura, reforçando, com frequência, o histórico de maus tratos aos adolescentes.

Consideramos pertinente o debate levado a cabo pelas reflexões do presente livro. A nosso ver, é urgente a necessidade de refletirmos, na academia e nas instâncias sociais, sobre o que é a Socioeducação. Discutir como ela pode colaborar para capacitar o adolescente para a vida política na esfera pública ou, ao contrário, condicioná-lo a rótulos de incapacidade e de aniquilamento da condição de ser humano. O livro é resultado do curso de Especialização em Políticas Públicas em Socioeducação, pela Escola Nacional de Socioeducação (ENS) e Universidade de Brasília (UnB).

A obra discorre sobre os temas investigados por cinco autores, que propuseram-se analisar o Sistema Socioeducativo do Distrito Federal-DF. Buscou-se apresentar um panorama da Socioeducação no Distrito Federal, propondo examinar os contextos profissionais no qual os autores estavam inseridos, apontando situações e temas que do ponto de vista deles se caracterizavam como experiências, e práticas presentes no Sistema Socioeducativo. O livro é composto por cinco capítulos nos quais são apresentadas experiências e práticas resultantes de pesquisas de campo.

A discussão do primeiro capítulo é assinada por Janaina Teles, que realizou um estudo de caso no âmbito da medida socioeducativa de Liberdade Assistida. A autora descreve uma prática sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) de um adolescente. Defende que o comprometimento dos profissionais que atuam no Sistema Socioeducativo para manter um olhar diferenciado para identificar as dificuldades e potencialidades do adolescente pode resultar em mudança e ruptura dos comportamentos desviantes. Essa afirmação parte dos indícios positivos do estudo de caso em análise, por meio do qual o adolescente foi encaminhado para o atletismo, tornando-se atleta profissional com oportunidade possibilitada no período em que cumpria medida socioeducativa.

O segundo capítulo, da autoria de Elessandra Cruz, aponta questões sobre a educação formal e não formal, com os resultados do estudo de campo na Unidade de Atendimento de Semiliberdade do Recanto das Emas. Para Cruz, o projeto educacional oferecido ao adolescente que cumpre medida deve ser formal e não formal, considerando-as como atividades complementares e indissociáveis para se pensar em ressocialização.

Ela chama atenção para que as atividades de formação não formal devam respeitar o perfil de cada adolescente. Este deve ser visto como adolescente dentro da coletividade e ter respeitadas as suas particularidades.

Dando continuidade, Rosângela Alves apresenta o estudo de campo oriundo da pesquisa realizada na Unidade de Internação de Santa Maria. Ela investiga o processo de escolarização, examinando como as práticas escolares dentro da Unidade são propostas pelos docentes e pelas demais profissionais do Sistema Socioeducativo. O estudo indicou que a escolarização na Unidade está estruturada para seguir a mesma estrutura da escola fora da Unidade, havendo, contudo, implicações internas que não permitem o cumprimento da carga-horária determinada pela Secretaria de Educação do Distrito Federal. Segundo a autora, a questão mais recorrente é a redução de agentes socioeducativos para fazerem a supervisão dos adolescentes no momento das aulas.

O quarto capítulo é da autoria de Elizangela Barbieri. Analisa o Plano Individual de Atendimento – PIA, considerando-o como instrumento relevante do adolescente que cumpre medida socioeducativa. A autora reflete como o PIA pode se constituir em instrumento que colabora com a mudança de comportamento infrator dos adolescentes. No entanto, a pesquisa apontou dificuldades da equipe responsável pela elaboração do PIA: não se atribuiu importância ao planejamento individual do cumprimento da medida do adolescente.

Outra prática no Sistema Socioeducativo é trazida por Edson da Silva, com a investigação da oficina de música para adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação. O autor aponta indícios de que essa experiência se constitui como exitosa, uma vez que possibilita, por meio da educação, capacitar o adolescente para os contextos sociais em que serão encaminhados após a internação. A investigação demonstrou que o adolescente que participa da oficina de música é apresentado a um mundo novo que muitas vezes parecia inalcançável e alheio ao contexto social dele.

Os estudos que são apresentados nesse livro, apontam realidades para pensarmos a Socioeducação, uma vez que é a política pública educacional mais importante para os adolescentes autores de atos infracionais. A nosso ver, torna-se imprescindível o debate acerca do Sistema Socioeducativo. Trata-se de uma instância social gerida pelo Estado brasileiro que ainda é marcada por práticas que se limitam basicamente a uma vertente punitiva, abordagem que, com as reflexões desta obra carece de mudanças.






Darlíane Silva do Amaral

Brasília/2018

REFERÊNCIA

ARENDRT, H. **Entre o passado e o futuro**. Trad. de Mauro W. Barbosa. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
SOCIOEDUCAÇÃO E LIBERDADE ASSISTIDA: ESTUDO DE CASO SOBRE O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS	
Janaina Araújo Veras Teles	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1342117121	
CAPÍTULO 2	11
EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL: ANÁLISE DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS NA UNIDADE DE ATENDIMENTO DE SEMILIBERDADE	
Ellessandra da Silva Cruz	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1342117122	
CAPÍTULO 3	23
ESCOLARIZAÇÃO NA SOCIOEDUCAÇÃO: ANÁLISE DE PRÁTICAS ESCOLARES	
Rosângela Laurentino Alves	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1342117123	
CAPÍTULO 4	32
ANÁLISE DA UTILIZAÇÃO DO PLANO INDIVIDUAL DE ATENDIMENTO	
Elizangela Barbieri Iwasaki	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1342117124	
CAPÍTULO 5	50
OFICINA DE MÚSICA COMO ATIVIDADE TRANSFORMADORA NA SOCIOEDUCAÇÃO	
Edson Mendes da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1342117125	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	62

EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL: ANÁLISE DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS NA UNIDADE DE ATENDIMENTO DE SEMILIBERDADE

Data de aceite: 17/11/2021

Elessandra da Silva Cruz

Mestre em Educação pela Universidade de Brasília. Socioeducador na na Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal.

RESUMO: O presente artigo discorre sobre as práticas educativas formais e não formais desenvolvidas em unidade socioeducativa de semiliberdade e busca captar a percepção dos servidores quanto a práticas educativas formais e não formais desenvolvidas pela Unidade de Atendimento Socioeducativo de Semiliberdade do Distrito Federal. As reflexões apresentadas são resultado de uma investigação qualitativa, tendo a entrevista semiestruturada como técnica de coleta de dados. Para tratar as informações recolhidas, utilizou-se a Análise de Conteúdo. Os resultados encontrados apontam para um esforço por parte dos profissionais em garantir o acesso e a permanência na educação formal, bem como a realização de práticas educativas que envolvem a educação não formal.

PALAVRAS-CHAVE: Socioeducação. Semiliberdade. Educação Formal. Educação Não Formal.

FORMAL AND NON-FORMAL EDUCATION: ANALYSIS OF EDUCATIONAL PRACTICES IN THE SEMILIBERTY CARE UNIT

ABSTRACT: This article discusses formal and non-formal educational practices developed in a socio-educational semi-freedom unit and seeks to capture the perception of public servants regarding formal and non-formal educational practices developed by a socio-educational semi-liberty unit of the Federal District. The reflections presented are the result of a qualitative investigation, using semi-structured interviews as data collection techniques. The results found point to an effort on the part of professionals to ensure access and urgency in formal education, as well as the realization of educational practices that involve non-formal education.

KEYWORDS: Socio-education. Semilibrary. Formal education. Non-Formal Education.

1 | INTRODUÇÃO

O termo socioeducação reforça a característica mais relevante das medidas aplicadas a adolescentes mediante a prática de um crime ou uma contravenção penal (ato infracional), o caráter pedagógico. Chamadas de medidas socioeducativas, ao mesmo tempo em que se prestam à responsabilização do adolescente pelo ato infracional praticado, têm por meta oferecer a esses a oportunidade de uma adequada reintegração a sociedade, assegurando-lhe direitos fundamentais (LIMA;

FRANCISCO, 2014).

Costa (2006) disserta que a educação, durante a medida socioeducativa, deve preparar os jovens para o convívio social, buscando a não reincidência da prática infracional. Logo, o percurso na constituição integral do adolescente perpassa pela apropriação de valores e condutas, por meio das quais ele tem de agir de maneira socialmente adequada, exercendo direitos e deveres, adquirindo conhecimentos e se inserindo em contexto social, cultural e político. Tais prerrogativas descritas por Costa (2006) são adquiridas, em sua maioria, por meio de práticas educativas.

O acesso a educação figura como uma das preocupações expressas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que considera a educação como um direito fundamental garantido a crianças e adolescentes, sem distinção para adolescentes que se encontram em cumprimento de medida socioeducativa.

Para alcançar o que preconiza o ECA, as instituições que trabalham com medidas socioeducativas necessitam laborar dentro da perspectiva da formação do sujeito de forma integral, respeitando o indivíduo como um ser multidimensional, através de práticas educativas, sejam elas dentro do âmbito formal ou não formal.

O trabalho aqui apresentado tem por objetivo captar a percepção dos servidores quanto às práticas educativas formais e não formais desenvolvidas por unidade de atendimento socioeducativo de semiliberdade. E se encontra estruturado em uma seção de discussão teórica sobre adolescência, socioeducação, medida socioeducativa de semiliberdade e educação formal e não formal, seguida de uma seção destinada às considerações metodológicas do estudo realizado, por uma seção de análise e discussão dos dados e finalizado com considerações finais.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

Apresentam-se na sessão descrita a seguir, conceitos e definições que auxiliam a discussão aqui proposta. Assim, faz-se importante refletir sobre a fase da adolescência, a medida socioeducativa de semiliberdade e sobre as práticas educativas de educação formais e não formais.

2.1 Adolescência

A fase da adolescência pode ser identificada como um período da vida humana em que o indivíduo passa por diversos processos de desenvolvimento, sendo influenciado pelos muitos ambientes ao qual pertence: físico, social e cultural. Sobre a questão, Yokoy, Oliveira e Rodrigues (2016) atentam que o processo de desenvolvimento não ocorre de forma igual para todos os indivíduos, mas de forma singular, na qual cada adolescente vivencia de modo distinto suas experiências, sob diferentes condições, interagindo com

diferentes grupos e contextos sociais, e em tais vivências tem-se a possibilidade de rompimento de uma trajetória e a adoção de outra.

Indo ao encontro das definições trazidas por Yokoy, Oliveira e Rodrigues (2016), Bisinoto et al. (2015) defende que o processo de desenvolvimento da pessoa vai além do indivíduo, sendo um processo social. Os autores afirmam ainda que a concepção de ser humano em permanente construção, por meio da interação com o meio social no qual vive, e no processo educativo, figura como “importantes desdobramentos para a socioeducação e para as medidas socioeducativas, as quais estão fortemente orientadas para o desenvolvimento do potencial dos jovens” (p. 578).

2.2 Socioeducação - Medida Socioeducativa de Semiliberdade

Na perspectiva de Cunha e Dazzani (2018), compreende-se socioeducação como o conjunto de processos de cunho educativo, teoricamente fundamentados, metodologicamente sistematizados, ideologicamente alicerçados na ideia de transformação do indivíduo através de ações educativas, direcionados a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

No Brasil, a socioeducação é realizada por meio de medidas socioeducativas, que se apresentam em diferentes níveis gradativos, a partir das características da infração cometida. Sendo elas: advertência, obrigação de reparação de danos causados, prestação de serviço à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação. Para a análise do presente artigo, o foco será a medida socioeducativa de semiliberdade.

A medida socioeducativa de Semiliberdade está prevista nos artigos 112 e 120 do ECA, aplicada a adolescentes autores de atos infracionais pela autoridade judiciária, levando em consideração o devido processo legal, assegurando as garantias individuais e processuais previstas no ECA, podendo essa, conforme determina a lei, ser aplicada desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto.

Há na semiliberdade a restrição parcial da liberdade do adolescente, visto que ele pode realizar atividades externas, independentemente de autorização judicial, permanecendo durante a semana sob a responsabilidade da unidade de atendimento.

2.3 Educação Formal e Não formal

Libâneo (2001) compreende educação como uma prática humana que modifica os indivíduos “nos seus estados físicos, mentais, espirituais, culturais, que dá uma configuração à nossa existência humana individual e grupal” (Libâneo, 2001, p. 8). Ainda na perspectiva da educação, Gadotti (2005), defende que a educação é um requisito indispensável para que o indivíduo tenha acesso aos bens de consumo e aos serviços disponíveis em uma sociedade, bem como o usufruto de seus direitos como cidadão em uma sociedade democrática.

A educação pode ocorrer por meio de práticas educativas formais, não formais e informais. Para a análise da pesquisa do presente artigo, serão observadas as duas primeiras práticas educativas.

Para tratar da definição de educação formal e não formal, recorre-se à caracterização de Gohn (2010) e de Gadotti (2005). A primeira autora considera que a educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdo previamente demarcado, e a educação não formal é um processo constituído por escolhas ou sob certas condicionalidades, ocorrendo intencionalidades e propostas no seu desenvolvimento.

Complementando o pensamento de Gohn (2010), Gadotti (2005) aborda que a educação formal possui objetivos claros, geralmente pautada em um currículo, fazendo parte de uma política pública de nível nacional que é fiscalizada por órgãos de Estado. Em contrapartida, o autor considera que “os programas de educação não-formal não precisam necessariamente seguir um sistema sequencial e hierárquico de “progressão” (Gadotti, 2005, p.2).

3 | CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS DO ESTUDO

A pesquisa qualitativa descrita no presente artigo é composta por pesquisa de campo para a coleta de dados a partir de entrevista semiestruturada realizadas com oito servidores vinculados a uma unidade socioeducativa de semiliberdade, no primeiro semestre de 2018.

A unidade escolhida possuía um total de 29 profissionais que atuam em diferentes áreas. No período da ocorrência da pesquisa, o local detinha uma média de 35 adolescentes vinculados, número que oscilou, devido às novas admissões, evasões e liberações de socioeducandos.

Antes do início da pesquisa, foi entregue um termo de Autorização de Pesquisa, previamente, à chefia da Unidade, além de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE a cada um dos entrevistados. As entrevistas foram realizadas individualmente, com a participação do pesquisador e do entrevistado.

A escolha do grupo de entrevistados buscou a representatividade da equipe multidisciplinar presente na unidade. Levando em consideração o conceito de equipe multiprofissional apresentado por Teixeira, Mezêncio e Fuchs (2015, p. 189), que aponta que a equipe de trabalho socioeducativo deve ser constituída por todo o conjunto de profissionais da instituição, o que “significa que inclui gestor, a equipe técnica (psicólogo, assistente social, advogado, pedagogo, outros especialistas, caso haja), os educadores, o pessoal do administrativo e de apoio/manutenção/segurança”.

A fim de preservar a identidade dos entrevistados, têm-se as seguintes identificações: Participante 1, psicólogo; Participante 2, pedagogo; Participante 3, agente socioeducativo;

Participante 4, agente socioeducativo; Participante 5, agente socioeducativo; Participante 6, agente socioeducativo; Participante 7, agente socioeducativo; e, Participante 8, assistente social.

Para análise dos dados, optou-se pela metodologia de Análise de Conteúdo para a interpretação dos dados coletados nas entrevistas. Segundo Franco (2012), o ponto de partida da Análise de Conteúdo é a mensagem, seja ela verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada” (p. 12).

4 | ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

A primeira questão discutida com os servidores tinha relação com a sua formação acadêmica, seu tempo de serviço no sistema socioeducativo, sua área de atuação no local e sua formação inicial ofertada pela instituição. As respostas obtidas permitiram traçar um perfil desse servidor e como a instituição contribuiu para sua formação.

Os entrevistados foram questionados quanto à formação específica recebida para ingressar no cargo e demais capacitações. Grande parte respondeu não ter recebido formação significativa para o ingresso do cargo na área da socioeducação, conforme se segue:

Não recebi formação específica inicial pela instituição. Fui me capacitando por meios próprios e depois fiz alguns cursos ofertados pela secretaria (Participante 1).

A época, após a prova objetiva, tivemos um curso bem precário, bastante superficial, bem genérico a respeito de alguns procedimentos em relação ao trabalho que seria executado de uma forma geral dentro das Unidades do sistema socioeducativo. Foi realmente uma formação muito aquém daquilo que deveria ser para uma função tão nobre e relevante para a sociedade (Participante 5).

Diante do exposto, foi possível notar que apesar de os servidores relatarem uma falta de formação inicial de qualidade na área da socioeducação fornecida pelo Distrito Federal, muitos apontaram a busca, ao longo dos anos de profissão, de qualificação. Sobre a questão, Costa (2017) defende que a qualidade do trabalho depende da busca permanente por qualificação por parte de sua equipe técnica de trabalho, da reflexão coletiva sobre os problemas enfrentados e da atenção cotidiana às questões éticas, que envolvem o trabalho.

Avançando nas discussões, os profissionais foram questionados sobre como se dava o acesso do jovem à educação formal. Foram unânimes em afirmar que a unidade faz uso das escolas públicas da comunidade para ofertar a educação formal, conforme se segue:

O acesso à educação formal é através da rede pública, por intermédio da unidade. Alguns já estavam matriculados quando foram apreendidos (Participante 1).

Utilizamos a rede de escolas públicas aqui próximas. Algumas vezes a própria mãe já faz a matrícula do adolescente ou ele já vem matriculado em alguma escola (Participante 2).

O Estatuto da Criança e do Adolescente pontua o dever do servidor público, entre outros atores sociais, em dar livre acesso ao socioeducando ao ensino público regular e cursos profissionalizantes, efetuando a sua matrícula e averiguando a sua frequência (Participante 4).

Sobre a questão da escolarização na medida de semiliberdade, a Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, no § 1º de seu art. 120, obriga a oferta aos socioeducandos a escolarização e a profissionalização, devendo, sempre que possível, a utilização dos recursos existentes na comunidade. Quanto a esse aspecto, a Unidade aqui analisada atende às exigências, mantendo grande parte dos adolescentes matriculados nas escolas da região.

Ainda sobre o caráter educativo da medida, é importante citar o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo, advindo com a Resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA n. 160, de 18 de novembro de 2013, que versa sobre os marcos normativos do atendimento socioeducativo, além de convocar os profissionais das diversas áreas e os diversos setores da sociedade a “contribuírem para que o processo de responsabilização do adolescente adquira um caráter educativo, de modo que as medidas socioeducativas (re)instituem direitos, interrompam a trajetória infracional e permitam aos adolescentes a inclusão social, educacional, cultural e profissional” (BRASIL, 2013, p. 6).

Outro ponto de destaque apontado pelos profissionais entrevistados foi a defasagem idade/série escolar dos socioeducandos, uma vez que muitos destes se encontram com vários anos de atraso nos estudos, já não podendo mais frequentar as aulas no ensino regular, sendo matriculados na Educação de Jovens e Adultos – EJA, conforme se segue:

A maioria dos adolescentes está matriculada no EJA. E no EJA só conheço escolas que ofertam o período noturno. Se não me engano, tem apenas uma no Plano que oferta durante o dia. Também acho que o EJA não foi pensado para o adolescente. Assistir aulas a noite, não é positivo (Participante 1).

Geralmente os adolescentes são vinculados ao EJA, que é a formação de jovens e adultos, por conta da baixa escolaridade e por conta desse desequilíbrio entre a idade e a série que eles estão vinculados (Participante 5).

Sobre a questão, Cardozo (2016, p. 13) assim define a EJA como modalidade de educação:

Compreendemos que a EJA como modalidade da educação básica é constituída e ofertada justamente em caráter compensatório àqueles/as que, ao longo da vida, tiveram o direito de acesso à educação escolar violado e que, além disso, por meio da prática social, forjaram conhecimentos que lhes fornecem condições distintas para a realização do processo de aprendizagem, o que não nos parece se estender aos educandos e educandas do sistema socioeducativo.

Quando questionados sobre o interesse dos adolescentes pela escola, houve unanimidade dos participantes da pesquisa ao informar que há baixo interesse em frequentar à escola por parte dos socioeducandos, conforme se segue:

Eles têm pouco interesse pela escola. Maioria quer ir para a escola somente para sair da Unidade (Participante 1).

Escola não motiva. O desinteresse também é causando pela quantidade de evasões escolares dele ao longo da vida, ele perde o vínculo escolar, guerras na própria escola (Participante 2).

O adolescente tem um jeito particular de ver o mundo, geralmente, ele o observa de maneira imediatista, factual, não percebendo a escola como uma aliada na construção do seu futuro, mas, de modo enviesado, a tem como um entrave às suas necessidades mais urgentes. O interesse é mínimo (Participante 4).

O interesse é bem baixo. Até tem alguns que já têm o ensino médio. Mas a maioria não tem interesse. Estão bem atrasados (Participante 6).

Conforme os relatos dos entrevistados expostos até aqui, foi possível concluir que os adolescentes não demonstram motivação para frequentar a escola. Neste ínterim, é sabido que o sistema escolar está pautado em lógicas conteudistas e burocráticas, em que as pessoas não são reconhecidas em suas singularidades. Assim, vale questionar: como gostar de um ambiente onde os adolescentes são classificados por notas? A hierarquia, assim, determina que uns são inteligentes e outros são incapazes.

Infelizmente tal lógica de classificação por notas está pulverizada em todo o sistema escolar. O professor está sendo formado para adquirir competências que os formem em técnicos capazes de fazer o controle da aprendizagem dos alunos. No contexto educacional formal, Gohn (2010) acredita que a escola deve contribuir para a formação de capacidades para atuar e pensar de forma criativa, inovadora, com liberdade.

Sobre os processos de educação não formais que ocorrem na unidade, os entrevistados foram questionados sobre as atividades realizadas e se o adolescente é levado em consideração para a escolha dessas, conforme se segue:

Aqui já ocorreram palestras da rede de saúde da comunidade, oficinas do AA, oficinas ofertadas pela Secriança, oficinas realizadas pelos próprios servidores como projeto de leitura, oficina sobre sexualidade e DST. A escolha das atividades dar por conta da necessidade do público. E como a rotatividade dos adolescentes é muito alta, ela sempre muda (Participante 1).

De modo rigoroso, não. Mas de forma abrangente, sim, pois os assuntos (de um jeito ou de outro) têm haver sempre com o adolescente (Participante 4).

As atividades são bem genéricas, mas acabam abordando temas que envolvem todos eles. Por exemplo, DST's qualquer um pode ter, drogas, não todos, mas a maioria usa. Então acaba sendo útil para todos (Participante 6).

Não há como ter um planejamento antecipado das atividades. As vezes você fica refém do que está acontecendo. Por exemplo, as famílias dos adolescentes do Jovem Candango reclamam que eles não ajudam em casa e que gastam dinheiro com qualquer coisa e que já querem sair de casa. Então a gente está pensando em uma atividade de orientação financeira para eles poderem entender o papel deles (...) que eles tem um papel dentro da casa. E a orientação financeira precisa ser na linguagem deles. Vai se explicar de forma simples o funcionamento do cartão de crédito, empréstimo e o planejamento (Participante 8).

As respostas positivas à pergunta sugerem que há preocupação por parte da instituição em apresentar atividades conforme a necessidade do socioeducando, apesar da existência de algumas adversidades (a rotatividade do efetivo de adolescentes e a falta de estrutura do local, por exemplo). Sobre a questão, Cardoso (2016) afirma que no Brasil se discute práticas educativas nos espaços não escolares, de que são exemplos as entidades que executam as medidas socioeducativas impostas pelo Poder Judiciário. Então, é possível definir que nessas instituições ocorre “um processo sociopolítico, cultural e pedagógico de formação para a cidadania” (GOHN, 2010, p. 33).

Sobre os princípios pedagógicos norteadores da organização da vida cotidiana dos adolescentes nas Unidades de Atendimento Socioeducativo, Volp (2002, p. 33) assevera que:

As atividades psicoterapêuticas devem ser desenvolvidas para aqueles que delas necessitam e não de forma generalizada para todos os internos. Se as modalidades ou métodos mais coletivos são, via de regra, os mais indicados, deve-se, contudo, resgatar o atendimento individualizado e personalizado, respeitando as especificidades dos indivíduos e grupos de adolescentes.

O discurso dos profissionais entrevistados mostrou a preocupação em proporcionar aos adolescentes atividades que vão além da oferta da escola tradicional, buscando adaptar as atividades à realidade do grupo.

Sobre o interesse dos socioeducandos na participação em atividades não formais, houve distorção nas respostas. Apesar da grande parte dos entrevistados acreditar que o interesse pelas atividades não formais seja maior que das formais, alguns relataram que não há interesse por nenhuma das atividades, conforme se segue:

É o contrario do que acontece com a escola. Eles gostam muito mais das atividades não formais, principalmente quando essas envolvem outras linguagens (Participante 1).

Quando se trata de atividades não formais aumenta o interesse, como um programa voltado para o grafite, para a música, esporte, capoeira. Eles gostam mais (Participante 2).

Os adolescentes também acreditam que as atividades não formais não são significativas para suas vidas (Participante 3).

Com a mesma atenção às atividades educacionais: Mínima. Isso requer do servidor um senso mais apurado na gestão do seu trabalho com os socioeducandos, pois a resistência é grande e a dispersão, quando esse tipo de atividade é proposta, é a regra (Participante 4).

Eles gostam de futebol, natação, Villa Olímpica, coisas que precisam sair da unidade. Já nas atividades não formais na Unidade, alguns têm interesse e outros não, depende da atividade (Participante 7).

Conforme o exposto, o discurso dos entrevistados sugere uma relatividade quanto ao interesse pelas atividades não formais. Assim, infere-se que o interesse tem relação com a significância que o adolescente dá a atividade e o quanto esta está relacionada à sua vivência e linguagem.

A contextualização, ou seja, a forma como as práticas educativas são mais ou menos adaptadas aos sujeitos implicados e aos contextos da sua vida cotidiana, é a chave para o entendimento do formal e do não formal em educação e pode ser utilizada como instrumento de análise e planificação de processos educativos partindo desta abordagem (BRUNO, 2014, p. 10).

Para encerrar a entrevista, foi solicitado aos participantes que relatassem histórias que considerassem de sucesso envolvendo o processo de educação formal e não formal no contexto da socioeducação, conforme se segue:

O caso do adolescente JC que tinha abandonado a escola. O jovem tinha muita vontade de trabalhar e conseguiu uma vaga no lava jato. Após uma semana de trabalho. Ele chegou para a gente e falou assim: eu não consigo mais trabalhar nesse lugar. Quero estudar. Então a gente matriculou ele aqui e depois saiu o concurso para os fuzileiros navais. A gente fez uma vaquinha e comprou uma apostila para ele. Ele ia para uma salinha e ficava estudando. Servidores começaram a dar aula para ele de português, matemática e ele foi aprovado no concurso. Isso prova a capacidade que eles têm. É um sucesso dos dois processos educativos. Escola e reforço escolar da Unidade (Participante 2).

O tempo que o adolescente fica na medida socioeducativa é muito curto, no mínimo seis meses, até um ano, no máximo, não tem como fazer um diagnóstico preciso se a educação formal de fato contribuiu para o seu crescimento. Tem um adolescente que foi alfabetizado, na unidade de semiliberdade, por um servidor, com muita paciência e com muita desenvoltura, conseguiu ali introduzir o adolescente a consciência e a importância da educação no seu desenvolvimento pessoal [...] (Participante 5).

Observa-se que os entrevistados relacionam os casos de sucesso às iniciativas positivas da instituição, ao conjunto de práticas educativas formais e não formais e ao

interesse do socioeducando. Nesse sentido, vale destacar Costa (2006) que descreve que as unidades educativas, considerando aqui aquelas que desenvolvem trabalho no âmbito da socioeducação, devem ser revitalizadas, com a presença de novos tipos de relacionamentos, novas oportunidades e condições educativas, trazendo com isso um autêntico processo de educação para a vida.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após analisar os dados coletados, inferiu-se que a instituição aqui analisada, na figura de seus profissionais, busca refletir sobre as estruturas sociais que são ofertadas aos adolescentes, no contexto de educação não formal, além dos processos educativos de educação formal ofertados pelo Estado.

Acredita-se que, para a efetivação do processo de ressocialização do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa em análise, as unidades de atendimento devem conjugar programas educativos que atendam à referida humanização e às exigências mais prementes da sociedade, por meio de práticas de educação formal e não formal que contribuam com a capacitação integral do adolescente frente aos desafios postos no dia a dia.

Compreende-se, através dos discursos, um esforço por parte dos profissionais em compreender o adolescente enquanto indivíduo, bem como em ofertar atividades que possam contribuir para uma formação humanizada e integral que proporcione a ruptura da prática do ato infracional.

Infelizmente, a falta de uma política de acompanhamento de egressos de medidas socioeducativas no Distrito Federal, conforme relato de um dos participantes da pesquisa, impede que haja um efetivo acompanhamento da vida do adolescente após a sua liberação da medida de semiliberdade e, conseqüentemente, que se avalie o processo educativo como um todo.

É possível notar que, em meio à ruptura da vida infracional, do atendimento individualizado, e do trabalho de equipe transdisciplinar, logra-se o resgate de valores humanos, sociais e familiares nos adolescentes, que contribuem para a formação do jovem enquanto cidadão.

Assim, o Estado deve investir em reformas e políticas públicas para que o processo de educação possa ser atrativo aos adolescentes, sejam eles em cumprimento de medida socioeducativa ou não. Em suma, deseja-se que as reflexões aqui proporcionadas inspirem as Unidades de Atendimento Socioeducativo para que possam estruturar e aplicar em maior número práticas educativas, em especial aquelas não formais, respeitando o perfil do seu público, com o objetivo de criar cidadãos conscientes e críticos.

REFERÊNCIAS

BISINOTO, Cynthia et al. Socioeducação: origem, significado e implicações para o atendimento socioeducativo. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 20, n. 4, p. 575-585, 2015.

BRASIL. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2012.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1990.

_____. Resolução CONANDA nº 160/2013, de 18 de novembro de 2013. Dispõe o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2013.

BRUNO, Ana. Educação formal, não formal e informal:: da trilogia aos cruzamentos, dos hibridismos a outros contributos. **Mediações - Revista OnLine da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal, Setúbal**, v. 2, n. 2, p. 1-16, jan. 2014.

CARDOZO, Glória. **Princípios Pedagógicos Norteadores das MSE e do Atendimento Socioeducativo ao Adolescente Autor de Infração; Pedagogia Socioeducativa e Cotidiano Institucional**. Escola Nacional de Socioeducação. 2016.

COSTA, Ana. **Programas socioeducativos: aspectos pedagógicos e de gestão das unidades de execução das medidas socioeducativas**. 2018.

COSTA, Antônio. Natureza e Essencial da Ação Socioeducativa. In: CALMON, Paulo Carlos et al. (Org.). **Matriz de Formação do Sinase: Coletânea de artigos**. 1. ed. Brasília: SDH, 2015. cap. 5, p. 19-34. v. único.

_____(Org.). **As bases éticas da ação socioeducativa: referenciais normativos e princípios norteadores**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006. 78 p.

CUNHA, Eliseu; DAZZANI, Maria. **O Que é Socioeducação? Uma Proposta de Delimitação Conceitual**. Revista Adolescência Conflitualidade, São Paulo, 2018.

FRANCO, Maria Laura Publisi Barbosa. **Análise de Conteúdo**. 4. ed. Brasília: Liber Livro, 2012. (Série Pesquisa).

GADOTTI, Moacir. A questão da educação formal/não-formal. **Sion: Institut International des Droits de 1º Enfant**, p. 1-11, 2005.

GOHN, Maria. **Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais**. 1º. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2014. 103 p.

_____. **Educação não-formal, educador(a) social e projetos sociais de inclusão social**. Revista Meta: Avaliação, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 28-43, jan. 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas**. Educar em Revista, n. 17, p. 153-176, 2001.

LIMA, Agnaldo Soares; FRANCISCO, Julio Cesar. A Socioeducação e a Educação Não Escolar: para entender o contexto das medidas socioeducativas aplicadas aos adolescentes em conflito com a lei.

In: ADIMARI, Maria Fernandes; DUARTE, Paulo Cesar Paes; PERES DA COSTA, Ricardo (Org.). Aspectos do Direito, da Educação, e da Gestão do SINASE. 5. ed. Campo Grande: Editora UFMS, 2014. P. 101-113.


TEIXEIRA, Maria de Lourdes; MEZÊNCIO, Márcia; FUCHS, Andréa Márcia. Desafios na educação do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa: o papel do educador. In: CALMON, Paulo Carlos et al. (Org.). **Matriz de Formação do Sinase: Coletânea de artigos** . 1. ed. Brasília: SDH, 2015. cap. 5, p. 167-200. v. único.


VOLP, Mario (Org.). **O adolescente e o ato infracional**. 4ª. ed. São Paulo: Cortez, 2002. 87 p.


YOKOY, Tatiana; OLIVEIRA, Maria; RODRIGUES, Dayane. **Adolescência e juventude: questões contemporâneas**. Brasília: [s.n.], 2016.

PRÁTICAS DA SOCIOEDUCAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL


www.atenaeditora.com.br 


contato@atenaeditora.com.br 


[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

PRÁTICAS DA SOCIOEDUCAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 